

METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO E IN-SEGURANÇA: REDES DE VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO NA CONSTITUIÇÃO DE UMA “MEGARREGIÃO DE CONTROLE”

Metropolization of space and in-security: monitoring and surveillance networks in the “Mega-Region of control” constitution

Felipe Rangel Tavares*

*Professor da Universidade Veiga de Almeida – tavares.geo@gmail.com.

Recebido em 13/04/2019. Aceito para publicação em 20/04/2019.
Versão online publicada em 26/04/2019 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

A metropolização do espaço é um processo político e, portanto, constituído de relações de poder. Tais relações, no âmbito da metropolização, podem ser analisadas a partir da tríade homogeneização-fragmentação-hierarquização, destacando-se esta última para focalizar os dispositivos, técnicas e estratégias de segurança que tem papel fundamental na formação das megarregiões e na sustentação de seus centros de poder - indispesáveis à governança metropolitana. Neste sentido, se Rio de Janeiro e São Paulo constituem uma megarregião e, se as funções de direção e comando dos centros de poder distinguem-se pelo grau de hierarquia, cabe-nos questionar como essas “megarregiões de controle” se constituem e se impõem sobre outras frações do espaço.

Palavras-chave: Metropolização; insegurança; megarregião, redes.

Abstract:

The metropolization of space is a political process and, therefore, constituted of relations of power. These relationships, within the scope of metropolization, can be analyzed from the homogenization-fragmentation-hierarchy triad, highlighting the latter to focus on the safety devices, techniques and strategies that play a fundamental role in the formation of mega-regions and the support of their centers of power - indispensable to metropolitan governance. In this sense, if Rio de Janeiro and São Paulo constitute a megaregion, and if the functions of direction and command of power centers are distinguished by the degree of hierarchy, it is up to us to question how these "mega-regions of control" constitute and impose themselves over other fractions of space.

Key-words: metropolization; in-security; mega-region; networks.

1. Introdução

Observamos que, a partir da emergência das tecnologias de informação e comunicação, a hierarquização do espaço vem se desempenhando, predominantemente, não mais na modalidade piramidal, mas, de maneira reticular, isto é, a partir das redes que estruturam o território e garantem sua coesão. Portanto, as redes constituem não somente uma condição, mas, sobretudo, um meio pelo qual as técnicas e tecnologias voltadas ao controle e segurança da população se exercem no curso do processo de metropolização do espaço. O processo de hierarquização do espaço estrutura e ordena as formas-conteúdo de acordo com as suas funções. Dentre tais funções, estão aquelas ligadas ao controle e à segurança, correspondendo aos “centros de poder” dos quais partem as normas, direções e decisões. Na esfera de uma “sociedade do controle” ou de “segurança”, tais centros atuam na programação, monitoramento e vigilância da vida cotidiana na metrópole. São exemplos de tais

centros, os “megadispositivos urbanos” (HAESBAERT, 2015) que compõem o Centro de Operações Rio (COR) e os Centros Integrados de Comando e Controle (CICC). De acordo com Haesbaert (2015):

No bojo das transformações urbanas e como um requisito internacional para a recepção da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, o Rio de Janeiro passou a sediar, a partir de 2011, um dos mais sofisticados centros de televigilância do mundo, o Centro de Operações Rio e, a partir de 2013, um centro mais específico de segurança, em seu sentido militar, o CICC. Essa proliferação de núcleos de monitoramento, que se deu em várias cidades brasileiras a partir da realização da Copa do Mundo de 2014, representa a instituição de um novo megadispositivo urbano que, a partir de agora, tende a ser um componente indispesável no ordenamento dos espaços decisórios, centrais das grandes metrópoles – dentro da lógica (...) das sociedades denominadas por alguns de “controle” ou “de segurança”. (HAESBAERT, 2015, p.229).

Ao nos debruçarmos sobre um processo que estrutura e integra (coesão) o espaço da metrópole, dando ênfase à hierarquização para focalizar essa dinâmica, não podemos olvidar que tal processo compõe uma tríade, a saber, homogeneização-fragmentação-hierarquização. Deste modo, faz sentido pensar que o processo de hierarquização ordena os fragmentos de um espaço que, embora esteja submetido a uma tendência homogeneizadora, é continuamente diferenciado segundo as dinâmicas de des-valorização do solo urbano, concebido como uma mercadoria. Esse espaço corresponde ao espaço da sociedade capitalista, homogêneo, fragmentado e hierarquizado. A fim de evidenciar as determinações e condições espaciais no âmbito do processo de metropolização, quando enunciamos “megaregiões de controle”, propomos uma análise do fenômeno da vigilância e monitoramento em escala regional, ressaltando as relações de dominação e controle do espaço, ou seja, (espacializ)ações (e condições) de comando.

A dimensão da hierarquização evidencia a relação entre metropolização, in-segurança e biopoder, fundamentais na configuração de “espaços de comando”. Denominaremos como “espaços de comando” aqueles que, no processo de hierarquização, constituem o domínio do poder e do comando, “que são instrumentais para garantir a totalidade do conjunto” (LENCIONI, 2010). São os espaços que exprimem o cotidiano programado e instauram o controle das práticas, a disciplina, a vigilância e o monitoramento. Espaços que, nas palavras de Milton Santos (2006), são uma estrutura de controle e limite às ações. A partir da noção de “Meio” (FOUCAULT, 2008) podemos tratar simultaneamente da problemática do (bio)poder (in-segurança, controle e comando) e da circulação (de bens, e principalmente, da população), questão crucial à compreensão da dinâmica das aglomerações difusas polinucleadas.

2. Metropolização e in-segurança

É preciso reconhecer que a história urbana dos dias atuais é determinada pelo processo de metropolização do espaço, uma nova fase de desenvolvimento do processo de urbanização, contudo, de natureza distinta, como afirma Lencioni (2006). O processo de metropolização *condiciona e produz* a experiência do espaço-tempo contemporâneo, para corresponder às necessidades impostas pelo capital. O processo de metropolização do espaço pode ser caracterizado pelo desenvolvimento de aspectos que “impregnam o espaço de características metropolitanas” (LENCIONI, 2006). Que características são essas? Àquelas relacionadas à administração e gestão do capital, como também, relativos à esfera pública, sendo a concentração de tais serviços uma *necessidade e condição* à reprodução capitalista e sua viabilização política – ou seja – funções de serviços avançados e fomento de redes e infraestruturas que garantam a circulação e os fluxos (materiais e imateriais), de mercadorias, informações e pessoas.

Todavia, não se deve confundir o processo de metropolização com a institucionalização das regiões metropolitanas. E, por outro lado, não se deve negligenciar a dimensão política de tais processos, neste caso, a vontade política que caracteriza a institucionalização das regiões metropolitanas a partir da década de 1970, como também a metropolização como processo político

para além do poder institucional do Estado como forma de organização político-territorial. De acordo com Souza (2006, p.34), por meio das políticas, as regiões metropolitanas contribuíram para o elo da lógica capitalista: as prioridades governamentais se alinharam conforme os interesses dos grandes agentes econômicos. A metropolização é um processo político.

Concordamos com Lefebvre (2008) em suas reflexões acerca da política e do espaço e, a partir de sua teoria do espaço social como produto social, podemos focalizar a dimensão política, inerente ao processo de metropolização. Para Lefebvre, o espaço sempre foi político, ideológico e estratégico: “o espaço é politizado porque está inserido em estratégias conscientes ou inconscientes” (idem, p.67). No âmbito da metropolização do espaço, que estratégias são essas que determinam o caráter político do processo? A resposta reside no *desenvolvimento de condições metropolitanas imprescindíveis para a reprodução do capital*, uma determinação do momento histórico contemporâneo (LENCIONI, 2006, p.48-49).

Ao apresentar alguns pontos comuns característicos de uma metrópole, Lencioni (2006, p.45) destaca: a concentração de serviços privados e públicos; a metrópole enquanto um ponto de grande densidade de emissão e recepção dos fluxos de bens, serviços, pessoas, informação e comunicação; a metrópole enquanto um nó significativo de redes (transporte, informação, comunicação, cultura, inovação, consumo, poder e cidades). A concentração de serviços, os fluxos permanentes e as redes aparecem como elementos determinantes do processo de metropolização. A concentração de serviços de ordem superior expressa a função de direção e comando dos centros: são aqueles voltados para administração e gestão do capital das grandes empresas, também relativos ao setor financeiro e aqueles relativos à esfera pública – como os da administração pública e os relacionados ao controle político; *uma necessidade e condição para garantir a gestão da reprodução do capital* (idem, p.46). As redes e os fluxos se referem aos novos arranjos e dinâmicas territoriais que emergem das novas formas de organização da produção e da circulação (Lencioni, 2006b, p.69), expressando estratégias que buscam satisfazer a necessidade que o capital tem de abreviar o tempo total de rotação do capital (LENCIONI, 2010).

Neste sentido, como demonstra Lencioni (2006), enquanto a ideia de metrópole diz respeito às cidades, a noção de metropolização relaciona-se com o espaço e à produção do espaço; na perspectiva de Carlos (2015), “a metrópole é condição geral da produção, o que impõe uma determinada configuração espacial”, ou seja, embora relacionado à cidade e ao urbano, mas para além deles, o “espaço da metropolização” emerge como “o novo centro da acumulação e da produção das condições urbanas” (LENCIONI, 2010). Como núcleo metropolitano, em termos de relações de poder, a cidade do Rio de Janeiro se constitui como centro de comando, controle e decisões estratégicas (na acepção estrita, isto é, militar, e em sentido amplo).

Quando abordamos a questão da organização e controle do território, a partir da emergência de centros de poder, direção e comando, caminhamos no sentido de evidenciar a dimensão política do processo de metropolização, presente nas estratégias que determinam o momento histórico contemporâneo. Tratando-se do momento atual, emerge uma problemática fundamental para o entendimento da sociedade, relacionado ao risco, ao medo e a insegurança (BECK, 2011; BAUMAN, 2008, 2009; FOUCAULT, 2008; HAESBAERT, 2014-2015, SOUZA, 2008). É nesta perspectiva que, ao escrever “política”, inserimos o prefixo “bio” entre parênteses, para focalizar os dispositivos, técnicas e estratégias de segurança que tem papel fundamental na formação das megarregiões e na sustentação de seus centros de poder - indispensáveis à governança metropolitana. De acordo com Haesbaert (2014, p.157) a insegurança passa a ser tomada como “um modo de gestão da vida coletiva”, acionando o Estado e as classes hegemônicas pela via da gestão dos riscos e das ameaças; deste modo, as técnicas de segurança “têm na modificação do espaço e do território um de seus elementos constituintes fundamentais” (idem, p.163). Segundo Foucault (2008, p.28), os dispositivos de segurança “trabalham, criam, organizam, planejam um *meio* antes mesmo da noção ter sido formada e isolada”. Esta noção de “meio”, proposta pelo autor, constitui um campo de intervenção que “procura atingir a população”, considerada como *uma multiplicidade de indivíduos que são e que*

só existem profunda, essencial e biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem (idem).

O meio vai ser, portanto, aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. (...) Portanto, é esse fenômeno de circulação das causas e dos efeitos que é visado através do meio. (FOUCAULT, 2008, p.28).

A análise de Michel Foucault (2008) acerca dos mecanismos de segurança e sua noção de “meio” são fundamentais para compreendemos os processos em curso, que, diferente dos mecanismos da lei e da disciplina,

(...) vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável. (...) O espaço em que se desenrolam as séries de elementos aleatórios é, creio, mais ou menos o que chamamos de *meio*. (...) É, portanto, o suporte e o elemento de circulação de uma ação. (FOUCAULT, 2008, p.27). [grifo nosso].

Sendo assim, de acordo com Foucault, o que está em questão na noção de meio é a circulação, a fluidez. O que está em questão é a produção e organização do espaço que, a partir do processo de metropolização, “implica (...) um território no qual os fluxos de pessoas, de mercadorias ou de informações são múltiplos, intensos e permanentes” (LENCIONI, 2006, p.48). Podemos enxergar aqui um nexo entre circulação, fluxos e controle do/nao território. Contudo, enquanto há uma ênfase no investimento e desenvolvimento de mecanismos de controle e gestão das atividades econômicas imprescindíveis para acumulação do capital, localizadas, como diria o professor Milton Santos, nos espaços luminosos, as zonas opacas ficam abandonadas... ou, melhor, são alvo de outros tipos de investimentos e mecanismos de controle, àqueles ligados ao “meio”: programação, monitoramento, vigilância e reclusão. É possível perceber uma multiplicidade de inter-relações, que são relações de poder, criando condições para a circulação e sendo condicionadas pelos fluxos.

A noção de “meio” nos auxilia a tratar a problemática biopolítica (controle, segurança) da circulação (bens, pessoas, informação), questão crucial à compreensão da dinâmica das aglomerações difusas polinucleadas. A partir de tal definição biopolítica proposta por Foucault, o que deseja-se apreender com a noção de meio são os fluxos, ou melhor, “o aumento – e, correlativamente, o controle – da circulação, da fluidez no/do espaço” (HAESBAERT, 2014, p.174). É a partir dessa noção que capturamos uma relação entre segurança e metropolização, enfatizando sua dimensão (bio)política, uma vez que os serviços de ordem superior da esfera pública e privada se debruçam, cada vez mais, sobre questões relacionadas à vigilância, monitoramento e controle da circulação e dos fluxos no espaço da urbanização dispersa.

No próximo item discutiremos a constituição de “megaregiões de controle” a partir da tríade homogeneização-fragmentação-hierarquização, enfatizando a dimensão da hierarquização, expressão da espacialidade do poder, da economia e da política (LENCIONI, 2015, p.41). Exemplificamos essa relação a partir dos Centros Integrados de Comando e Controle (CICC; figura 1), que compõem redes de vigilância e monitoramento, criadoras de uma coesão no âmbito da segurança, e são responsáveis pela generalização do controle em escala regional.

3. Redes, coesão e coerção: a constituição de “megaregiões de controle”.

Como dito anteriormente, a enorme densidade de fluxos e as redes materiais e imateriais são componentes essenciais na dinâmica da metropolização e da formação de megaregiões. O território que se implica pelo processo de metropolização caracteriza-se pelos múltiplos, intensos e permanentes fluxos de pessoas, mercadorias e informações (LENCIONI, 2006, p.48). Os fluxos evidenciam as transformações que marcam a história urbana atual, onde os fenômenos de dilatação e a dispersão predominam sobre as demais formas do urbano (LENCIONI, 2015b, p.7). De acordo com a autora, é indispensável haver uma unidade interna, uma coesão, a constituição de uma totalidade

para que a região se constitua enquanto tal. Neste sentido, os fluxos são elementos constitutivos da integração. Ao tratar sobre a abordagem de megalópoles por Gottmann, Lencioni afirma que:

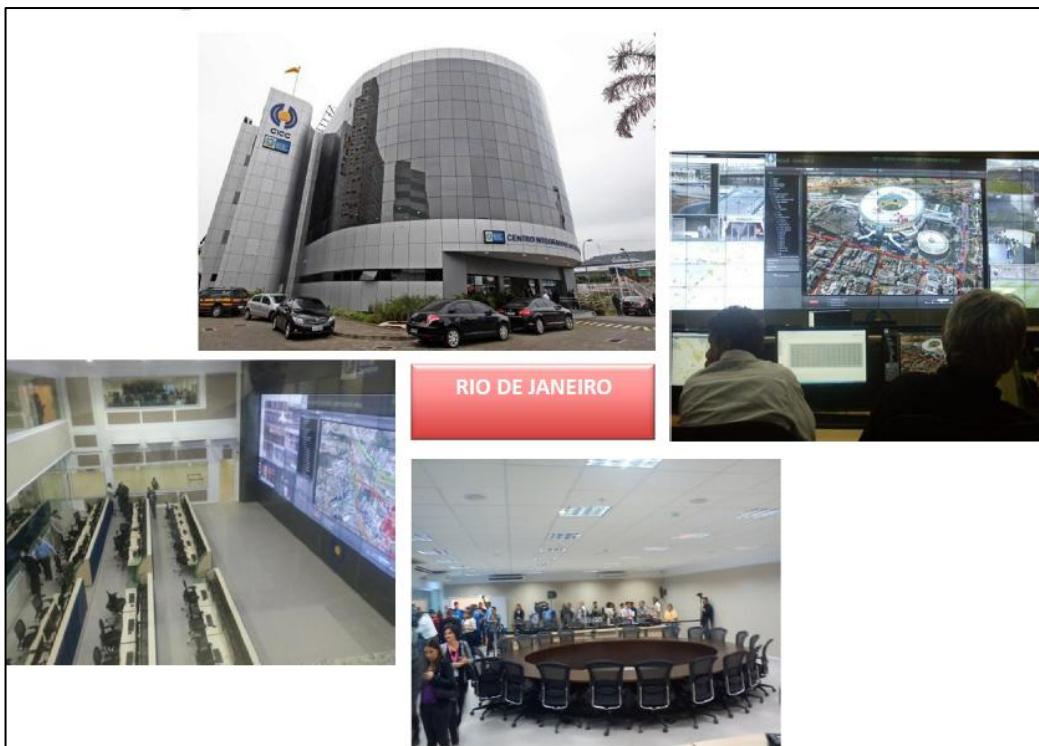


Figura 1. Centro Integrado de Comando e Controle, Rio de Janeiro. Fonte: Secretaria Executiva de Segurança para Grandes Eventos (SESGE).

Os fluxos, os movimentos, as ligações (*linkages*) entre as partes, bem como as complementariedades entre partes e funções, que se dão pela mediação de diversas dinâmicas e processos e que se desenvolvem no interior da região, são constitutivos da integração. Por isso, a megalópole como região, como região urbana e não como área urbana deve apresentar coesão interna, deve apresentar integração socioespacial. Isso significa dizer que não é qualquer área urbana onde predomina a dispersão que se constitui numa metrópole. (LENCIONI, 2015, p.49).

Apresentando uma discussão acerca de totalidade e fragmentação, a autora demonstra que a integração é o elemento-chave que assegura a coesão na dispersão, isto é, que garante o conjunto. Para Lencioni (2015b) é o exame da integração na dispersão que permite compreender os limites da urbanização dispersa, pois é a integração que permite entender a tensão que existe entre fragmentação e totalidade. Portanto, ao utilizar a palavra região, a autora pretende expressar o sentido de integração,

indispensável para se compreender uma urbanização difusa e o desenvolvimento de regiões urbanas extensas territorialmente e em coalescência, a expressar unidade na fragmentação. (LENCIONI, 2015b, p.10).

A integração/coesão é discutida por Lencioni (2006b, 2010) a partir do conceito das redes, que se constituem como forças produtivas fundamentais de uma economia globalizada e evidenciam a dimensão do espaço enquanto meio, isto é, como mediação necessária à reprodução do capital em escala globalizada. Além disso, ao classificá-las em dois tipos – redes de proximidade absoluta e rede de proximidade relativa – afirma seu papel enquanto um dos elementos estruturadores de novos

arranjos territoriais, como o da cidade-região (LENCIONI, 2006b, p.71); por meio delas se garante a continuidade na descontinuidade, a unidade na fragmentação, como também, a distinção e separação do que tem capacidade de se conectar daquele que não o tem (LENCIONI, 2010). Podemos observar a evidência dessas redes na figura 2:

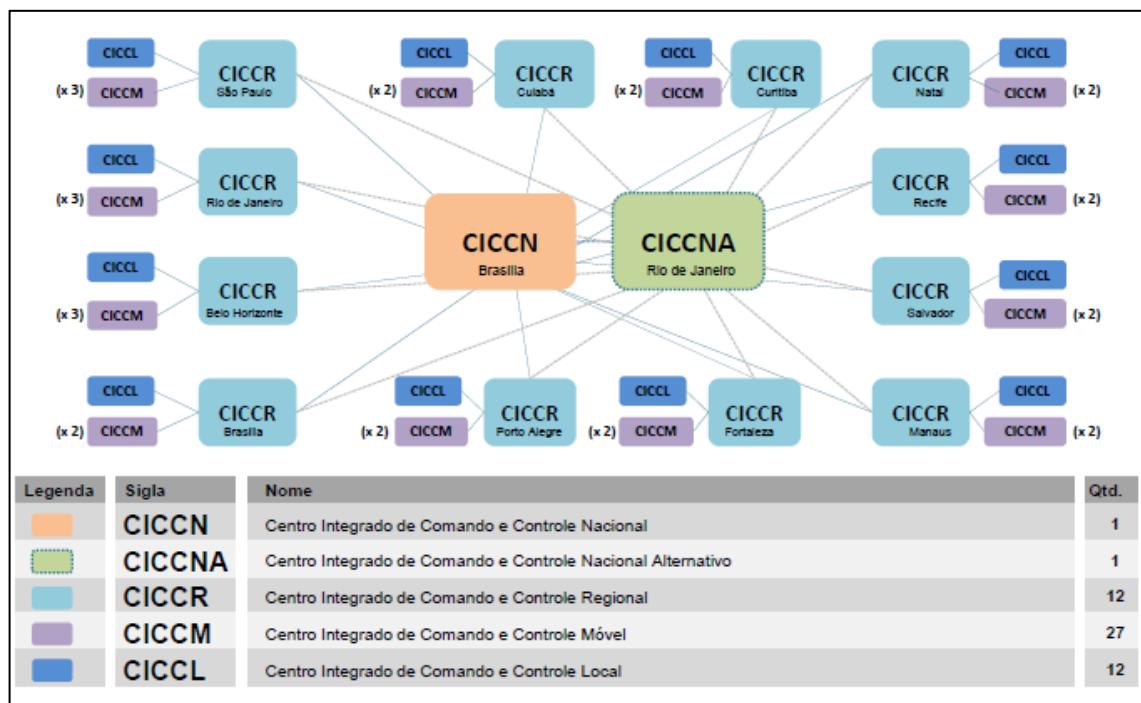


Figura 2. O Esquema apresenta a integração reticular dos Centros Integrados de Comando e Controle no Brasil. Cada retângulo representa uma capital, que se conecta aos centros principais, no centro da figura.

Como expusemos anteriormente, a metropolização do espaço – enquanto processo biopolítico em sua relação com a dimensão da insegurança – estrutura e ordena territórios a partir de tecnologias e dispositivos de vigilância e monitoramento cujo objetivo é a gestão da vida coletiva da população. Tais componentes devem ser vistos como característicos da nova fase da história urbana, uma urbanização dispersa ou planetária numa “sociedade biopolítica de insegurança” (HAESBAERT, 2014). A explosão desse processo e seus limites são apreendidos na análise dos elementos que promovem a integração – os fluxos e as redes – o que, portanto, coloca-nos diante da região como categoria capaz de focalizar, no âmbito da segurança, a constituição de uma “megaregião de controle”, uma vez que a natureza da coesão constituidora da regionalização é o controle da população.

De acordo com Lencioni (2015), uma megaregião não é apenas estruturada pelas vias de circulação. Embora a vasta dimensão territorial seja uma importante componente da megaregião, os fluxos imateriais (que fluem por uma densa rede de fibra ótica que compõem redes de informação e comunicação) são indispensáveis para pensar a descontinuidade que constitui a megaregião, principalmente por apresentar “fortes vínculos com a dinâmica global”, ou, “uma escala global de relações” (LENCIONI, 2015, p.61).

Um outro aspecto já mencionado, é o de que embora os eixos de circulação viárias sejam estruturados do território, há que se levar em conta a rede de circulação imaterial que amalgama essa estrutura e aproxima e integra essa megaregião aos fluxos e processos de diversas ordens e escalas (LENCIONI, 2015, p.62).

Nessa mesma direção, Lencioni (2017) aborda um processo de “metropolização regional policêntrica” cujo paradigma é a metropolização do espaço e a perspectiva é a da região. Podemos apreender o fenômeno de generalização de megadispositivos de vigilância e monitoramento no interior de um processo de “metropolização regional” observando que o processo de metropolização

desenvolve regiões policêntricas, isto é,

[um] processo de metropolização regional [que] produz uma região dispersa polinucleada, em que esses núcleos podem ser de igual ou de diferentes envergaduras. (...) A metropolização regional de agora é policêntrica, **podendo até conter várias metrópoles.** (LENCIONI, p2017, p.152). (Grifo do autor).

Mais uma vez, a autora afirma que o limite regional não é dado pelo recorte territorial, porém, pela integração interna desse conjunto que constitui uma totalidade, podendo haver descontinuidade, uma vez que, o que confere unidade à região é a coesão, como já discutido. Abordando a questão das escalas, Lencioni (2017, p.155) observa que “a região pós-metropolitana contém muitas escalas que se entrelaçam e se superpõem: a escala local, a regional, a nacional e a global”. Neste sentido, diante da considerável densidade técnica dispersa (fibra ótica e fluxos de comunicação e informações) e da coesão no âmbito de uma biopolítica de segurança, podemos utilizar o arcabouço teórico-conceitual “metropolização-espaco-região” para discutir a constituição de uma “megarregião de controle” que integra diversas escalas em busca da vigilância e do monitoramento da população. Tais dinâmicas acentuam o caráter homogêneo, fragmentado e hierarquizado do espaço moderno e afirmam a relevância da tríade homogeneização-fragmentação-hierarquização para análise do processo de metropolização regional.

4. Considerações finais

Observa-se que ao abordar a integração como elemento que assegura a coesão na dispersão trata-se de um espaço de natureza fragmentada, uma vez que se pretende garantir a unidade das partes de uma totalidade. É neste sentido que a autora oferece um recurso-chave à análise do espaço ao resgatar a tríade que considera o espaço da sociedade capitalista como homogêneo, fragmentado e hierarquizado (LENCIONI, 2010; 2015). A homogeneidade do espaço corresponde às semelhanças paisagísticas e similaridades (LENCIONI, 2015). Adere-se aos modelos de sucesso internacional que tornam as cidades meras-cópias de edifícios e arquitetura; a homogeneização se revela como tendência. Contudo, tal homogeneidade se fragmenta, mesmo que somente na aparência; Tanto nas formas quanto nas funções, é possível perceber o processo de fragmentação, assentada numa concepção de espaço e cidade como mercadorias para atender o mercado imobiliário.

Podemos perceber uma relação entre a tríade homogêneo-fragmentado-hierarquizado e outra tríade analítica, a saber, forma-função-estrutura. Em Lencioni (2010), observamos uma relação entre homogeneidade e as formas do espaço: as cidades, edifícios, centros comerciais, avenidas, segundo a autora, “atestam as equivalências, o mesmo”. Em trabalho mais recente, Lencioni (2015) aponta também para as similaridades relativas ao processo de produção, isto é, na padronização dos procedimentos de produção do espaço construído, o que nos lembra do debate de Milton Santos (2006) acerca da unicidade da técnica. Fazendo referências às mesmas obras mencionadas, percebemos uma relação entre a fragmentação e as funções do espaço, uma vez que as formas desempenham funções que lhes são designadas – como moradia, lazer, negócios, controle: a fragmentação do espaço remete à divisão das formas-conteúdo segundo as diversas funções e usos que ele abriga. Por último, é possível perceber uma relação entre hierarquia e estrutura. De acordo com Lencioni (2010), “a hierarquização permite o domínio do poder e do comando, que são instrumentais para garantir a totalidade do conjunto”. Para Milton Santos (2008), “estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção”. Nesta perspectiva, há uma nítida referência à totalidade e organização – *o modo de estruturação* – dessa totalidade. Assim, a hierarquização, ao manifestar a dominação que assegura a unidade do conjunto, é um processo de ordenamento das partes cujas funções foram segmentadas no curso dos processos de homogeneização e fragmentação. Conforme Lencioni (2015), embora seja recorrente o uso da tríade analítica, muitas vezes ela termina por ser reduzida aos termos homogeneização-

fragmentação, olvidando o termo hierarquização.

Cientes de que a problemática não se esgota nessas linhas e que o presente artigo pretende apresentar alguns desdobramentos de uma pesquisa ainda em andamento, desejamos colocar algumas considerações que julgamos relevantes quando abordamos o termo hierarquização. Neste caso, é válido repetir: a hierarquização é um processo de ordenamento das partes cujas funções foram segmentadas no curso dos processos de homogeneização e fragmentação. A hierarquização é um processo indispensável à fragmentação, uma vez que, enquanto ordena, ratifica funcionalidades, pré-estabelecendo ou prescrevendo usos sociais do/no espaço tempo. Da mesma maneira, é fundamental no âmbito da homogeneização, uma vez que opera por meio de um padrão/modelo pré-concebido de “formatações”. É possível perceber essa dinâmica a partir dos Centros Integrados de Comando e Controle quando nota-se que um dado sistema técnico, ou, na visão de Foucault, determinada tecnologia de segurança, difunde-se por todo território, ultrapassando os limites estaduais – e até mesmo das regiões metropolitanas – criando redes de proximidade relativa. Uma mesma forma-conteúdo (CICC's - homogeneização), da qual espera-se uma determinada função (fragmentação - comando e controle), estrutura territórios e cria uma coesão a partir das redes, constituindo, simultaneamente, graus de hierarquia.

Sendo assim, o processo de hierarquização estrutura as “formatações” que emergem do processo de homogeneização e as “funcionalidades” do processo de fragmentação – ou seja – é possível perceber um outro processo, o processo de estruturação, que consiste em *ratificar formatações e funcionalidades*, isto é, validar ou normatizar/normalizar formas-conteúdos e funções, exprimindo o poder na espacialidade e a espacialidade do poder.

Neste sentido, o *processo de hierarquização é formalizador*, uma vez que, ao ratificar as “formatações” que advém do processo de homogeneização, manifesta seu poder de “formalizar”. Considerando a dimensão da fragmentação, a *hierarquização é funcionalizadora* o processo de hierarquização ratifica as “funcionalidades”, manifestando seu poder de funcionalizar. Portanto, no interior do processo de hierarquização – conjugado em sua tríade – e em diálogo com forma-função-estrutura, podemos apreender outra tríade: estruturação-formalização-funcionalização, que correspondem à dimensão biopolítica e, destarte, às relações de poder no/do espaço.

Afirmamos que é a partir da estruturação-formalização-funcionalização do/no espaço da vida cotidiana que se garante, tanto na região metropolitana ou nas megarregiões, a unidade do conjunto, a coesão, e no âmbito do controle e da segurança, a coerção.

5. Referências

- BAUMAN, Z. Medo líquido. Rio de Janeiro. Zahar, 2008.
_____. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro. Zahar, 2009.
BECK. U. Sociedade de risco: rumo a outra modernidade. São Paulo. Ed.34, 2^a edição, 2010.
FOUCAULT, M. Segurança, Território, População. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. 1 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014, ISBN 9788528615777.
_____. Do telecontrole à “ocupação”: insegurança e contenção territorial na metrópole carioca. In: Ferreira, Alvaro; Rua, João; Mattos, Regina Célia de (Org). *Desafios da metropolização*. Rio de Janeiro. Consequência, 2015.p.225-251.
_____. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis. Vozes, 29^a edição, 2004.
LEFEBVRE, H. Espaço e Política. Belo Horizonte, UFMG, 2008.
LENCONI, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: Metrópole – governo, sociedade e território. SILVA, C. A. da. FREIRE, D. G. & OLIVEIRA, F. J. G. de (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A: Paperj, 2006.

- _____. Da cidade e sua região à cidade-região. In: Panorama da Geografia Brasileira I. SILVA, José Bozacchielo da et al (org.). São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. Redes, Coesão e Fragmentação do território metropolitano. [ONLINE] Vol. XIV, 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm>>.
- _____. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. In: FERREIRA, A, RUA, J, MATTOS, R. (Org). Desafios da metropolização do espaço. Rio de Janeiro, Consequência, 2015.
- _____. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro. In: Revista eletrônica e-metropolis, nº22, ano 6, setembro de 2015b, p.06-15.
- _____. Para além da urbanização metropolitana. Metropolização e regionalização pós-metropolitana. In: FERREIRA, A, RUA, J, MATTOS, R. (Org). O espaço e a metropolização: cotidiano e ação. Rio de Janeiro, Consequência, 2017, p.147-168.
- SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- _____. Espaço e método. 5 ed. São Paulo: EdUSP, 2008.
- SOUZA, M.A. Recompondo a história da região metropolitana: processo, teoria e ação In: Metrópole: governo, sociedade e território. DA SILVA, C. FREIRE, D. OLIVEIRA, F. Rio de Janeiro, DP&A editora: FAPERJ, 2006.
- SOUZA, M.L. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.